



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT

PODER LEGISLATIVO

COMPROVANTE DE PROTOCOLO – SAPL					
Nº	908/2025	DATA	14/10/2025	HORA	15:35:01
	INDICAÇÃO	X	REQUERIMENTO		MOÇÃO

REQUERIMENTO Nº 102/2025

AUTORIA: Vereador Sebastião Sérgio dos Reis de Paula (PP).

O Vereador que este subscreve vem, na forma regimental em vigor, solicitar à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o envio deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. **Mariano Kolankiewicz Filho**, Prefeito Municipal, com cópia ao Ilustríssimo Senhor **Eberson Mateus dos Santos**, Secretário Municipal de Saúde, com fundamento nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal, artigo 12 da Lei Orgânica Municipal e nas prerrogativas de fiscalização conferidas aos vereadores, requeiro que encaminhem, no prazo legal, **todas as informações detalhadas referentes aos pagamentos realizados sem licitação (por dispensa, inexigibilidade ou contratação direta) pela Secretaria de Saúde, no período de janeiro a outubro de 2025, inclusive aqueles efetuados de forma indireta por meio de cooperativas, OSCIPs, fundações, associações ou entidades terceirizadas.**

I. Solicitação de Informações Detalhadas

Cada órgão ou unidade responsável deverá apresentar relatório completo e discriminado, contendo as informações a seguir para cada contratação direta ou pagamento sem licitação:

1. Identificação da Contratação

Número e data do processo administrativo de dispensa, inexigibilidade ou contratação direta;

Objeto da contratação (descrição completa do serviço, bem, insumo ou mão de obra contratada);

Nome completo ou razão social do contratado;

CPF ou CNPJ do contratado;

Valor total contratado e valor efetivamente pago;

Fonte de recurso utilizada (federal, estadual, municipal, emenda parlamentar etc.);

Forma e cronograma de pagamento (à vista, parcelado, mensal etc.);

Prazo de execução ou vigência contratual;

Data de início e término do contrato.

2. Documentos Comprobatórios

Cópias dos documentos integrais do processo:

Termo de dispensa, inexigibilidade ou autorização de contratação direta;

Rejeitado por 06 votos
A 04 Em 10 / 10 / 2025



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT

PODER LEGISLATIVO

Contrato, termo aditivo (se houver) e planilha de custos;
Notas fiscais, faturas, recibos e comprovantes de pagamento;
Empenhos, liquidações, ordens bancárias e boletins de execução orçamentária;
Parecer jurídico, parecer técnico e justificativa de preço;
Orçamentos prévios (se realizados) e comparativos de mercado;
Publicação do ato no Portal da Transparência Municipal e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), quando aplicável.

3. Fundamentação Legal

Informar a hipótese legal de dispensa (artigo, inciso e parágrafo da Lei 14.133/2021 ou outra norma vigente);

Descrever de forma expressa a justificativa técnica e legal que motivou a não realização de licitação;

Informar o nome e o cargo do responsável pela autorização da dispensa e do responsável técnico pela execução do contrato.

4. Pagamentos Indiretos e Cooperativas

Relação de todas as cooperativas, OSCIPs, associações ou empresas terceirizadas que receberam recursos da Secretaria de Saúde no período;

Valores pagos mensalmente e anualmente a cada uma;

Tipo de serviço prestado (ex: contratação de mão de obra, médicos, enfermeiros, motoristas, serviços gerais, vigilância, limpeza etc.);

Critério e modalidade de contratação (dispensa, inexigibilidade, termo de colaboração, termo de fomento, convênio, contrato de gestão ou outro);

Cópia integral dos contratos, termos aditivos e relatórios de execução;

Relação nominal dos profissionais vinculados às cooperativas e lotados em unidades de saúde, com indicação do local de trabalho e função desempenhada;

Especificar se a remuneração é paga pela Prefeitura ou pela cooperativa, e como é feito o repasse dos valores;

Indicar se houve retenção de encargos trabalhistas, previdenciários ou tributários por parte do Município.

5. Fiscalização e Controle

Informar se a Secretaria possui relatórios de fiscalização ou auditorias internas sobre essas contratações diretas;

Encaminhar cópia dos relatórios do controle interno ou da contabilidade pública sobre execução e regularidade dos pagamentos;

Indicar se houve manifestação ou apontamento do Tribunal de Contas do Estado ou Ministério Público sobre essas contratações diretas, anexando os documentos.

6. Critérios de Preço e Fracionamento

Descrever os critérios de formação de preço adotados para comprovar economicidade;



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT

PODER LEGISLATIVO

Informar se houve fracionamento de despesa (divisão de valores em várias contratações de mesmo objeto para justificar dispensa);

Caso existam indícios de fracionamento, identificar os casos e as medidas adotadas.

7. Situações Especiais

Informar se alguma dispensa foi motivada por:

Situação de emergência, calamidade pública ou urgência na saúde;

Aquisição de insumos estratégicos, medicamentos ou vacinas;

Contratação de profissional ou empresa de notória especialização;

Aquisição por valor abaixo do limite legal para licitação (R\$ 50.000 para bens e serviços comuns e R\$ 100.000 para obras e serviços de engenharia – Lei 14.133/21).

Em todos os casos, apresentar os documentos técnicos que comprovaram a urgência, o caráter estratégico ou o enquadramento legal.

8. Comparativo Histórico

Apresentar comparativo de gastos por dispensa de licitação da Secretaria de Saúde nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, discriminando número de contratos, valores e tipos de serviço;

Informar se houve aumento no volume de contratações diretas e quais os motivos para isso.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem como objetivo exercer o dever constitucional de fiscalização e o controle externo dos atos da Administração Pública Municipal, especialmente em uma área sensível como a saúde, que concentra grande volume de recursos e contratações.

As informações solicitadas são indispensáveis para assegurar a transparência, a economicidade e a regularidade dos gastos realizados pela Secretaria de Saúde, tanto de forma direta quanto indireta, incluindo contratações via cooperativas, OSCIPs e empresas terceirizadas.

O acompanhamento legislativo e social dessas despesas é essencial para garantir que os recursos públicos destinados à saúde estejam sendo aplicados de forma legal, eficiente e em benefício da população.

Plenário “José Nogueira Paniago”, aos 20 de outubro de 2025.

Sebastião Sérgio dos Reis de Paula
Vereador Autor (PP)